

O CICLO PRODUTIVO DE HORTELÃ NO OESTE DO PARANÁ: OUTRAS MEMÓRIAS

Gilson Backes
Mestrando em História pela UNIOESTE
Orientação do Prof. Dr. Robson Laverdi

RESUMO: Este texto põe-se a apresentar uma investigação em curso sobre experiências vividas por trabalhadores do ciclo produtivo de hortelã, migrados para o Oeste do Paraná durante as décadas de 1960 e 1970. Tal caminho pretende demarcar novos olhares sobre este espaço, valorizando as dinâmicas sócio-culturais processualizadas durante o período, a exemplo do aumento de alunos nas escolas. Este ponto de vista busca contribuir no sentido de pensar e interagir com outras memórias produzidas e/ou que permanecem reelaboradas neste cotidiano, não obstante a insistência de silêncios. As narrativas orais são problematizadas na perspectiva de diálogo, apontando outras interpretações para uma compreensão mais ampliada deste espaço, por sua vez constituído por múltiplas relações, conflitos e temporalidades.

PALAVRAS-CHAVE: migração, memórias; trabalhadores.

ABSTRACT: This work has the objective of showing a research – that it is still in course - on experiences lived for workers of the productive cycle of mint, which migrated to the West of the Paraná during the decades of 1960 and 1970. It intends to demarcate new views about this space, valuing the sociocultural dynamic processed during this period. This point of view tries to think and interact with others produced memories and/or others memories that are still rebuilt in this daily routine, in spite of the constant silence. The oral narratives are problematized in the dialogue perspective, pointing other interpretations trying a more wide understanding of this space, constituted of multiple relations, conflicts and temporalities

KEYWORDS: migration, memories, workers.

As questões discutidas nestas notas prévias fazem parte da pesquisa que está sendo desenvolvida, desde março de 2007, no programa de Pós-graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Procuo pensar o silêncio, nos meios sociais e historiográficos, referente ao ciclo produtivo da hortelã na região Oeste do Paraná, transcorrido nas décadas de 1960 e 1970, principalmente no espaço de atuação da Colonizadora Maripá. Têm-se percebido o quanto às dinâmicas sociais que aí se

processaram podem ser entendidas como conflituosas tendo em vista os diferentes grupos que migraram para a região neste período.

O recorte espacial, ao qual vem-se dando a atenção nesta pesquisa, passou a ser ocupado a partir da década de 1950. Período em que a Colonizadora Rio Paraná S/A – Maripá, de procedência gaúcha, iniciou o seu plano de colonização da área que adquiriu, ainda na década de 1940, de uma concessionária inglesa, a Companhia Madeireira Del Alto Paraná, uma área de 2.748 km² e que denominava-se Fazenda Britânia, no extremo Oeste do Paraná, na fronteira com a República do Paraguai (GREGORY, 2002: 104).¹

Para a fixação dos primeiros proprietários nos lotes demarcados a Empresa Colonizadora estabeleceu uma série de regras, entre elas e, principalmente, os critérios étnicos, quando se buscou priorizar a vinda de descendentes de teuto-germânicos. A respeito dessa preocupação com aqueles que seriam os ocupantes do novo espaço colonial argumenta-se: *Selecionar agricultores que se adaptassem à região implicava em buscar o elemento humano eurobrasileiro do sul do Brasil, ou seja, descendentes de alemães, de italianos e de outros imigrantes acostumados com a lida agrícola colonial na pequena propriedade* (GREGORY, 2002: 93).

Segundo uma das matrizes historiográficas, a escolha do “elemento humano” foi algo central no projeto de ocupação. Agricultores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de origem germânica e/ou italiana, apareceram como ideais para ocupar a região. Supostamente estes, que aqui foram chamados de “colonos”, já estariam acostumados à lida no campo na região Sul do país e, atuando na área da Maripá, proporcionariam lucratividade devido seus conhecimentos com o trabalho nas lavouras.

Com a constituição e ocupação do espaço colonial no Oeste do Paraná, através das chamadas pequenas propriedades, as formas de trabalho e modos de vida foram sendo reestruturados conforme as possibilidades dos agricultores. Aproximadamente uma década após o início da ocupação, uma atividade que envolveu expressivo contingente populacional e, que, grosso modo, é muito silenciado, refere-se ao desenvolvimento das lavouras de hortelã em toda região. Foi uma atividade econômica que se iniciou nas pequenas propriedades e que proporcionava, segundo muito se diz, lucratividade aos proprietários rurais. Pois as terras que estavam sendo desmatadas ou recém-desmatadas apareceram como as ideais para esse tipo de cultivo agrícola, tendo em vista que a hortelã se

¹ Cf. PFLUCK, 2007, com o desenvolvimento do plano de ação da Colonizadora dividiu-se a Fazenda em lotes rurais longos chamados de “colônia”. A divisão foi feita de forma a privilegiar cada “colônia” com recursos naturais principalmente água. A área dessas propriedades compreendia 10 alqueires de terras, onde um alqueire é correspondente a 24.000 m².

caracterizou como uma atividade de “desbravamento” por ser desenvolvida em terras recém-desmatadas e ainda virgens, portanto, férteis.

A área de atuação da Maripá, que estava sendo ocupada e/ou colonizada, foi muitas vezes justificada como ideal para o cultivo de hortelã. Uma área que ainda não possibilitava o desenvolvimento de outros tipos de atividade agrícola produzida em uma escala mais elevada, como a soja, por exemplo. Uma das principais características dessas lavouras era o seu desenvolvimento *em terrenos de derrubada recente de matas, atravancados por troncos e galhos de árvores* (SANTOS e OLIVEIRA, 1961: 702). O espaço que estava se abrindo, a partir da década de 1950, em meio às matas virgens do Oeste do Paraná, tornou-se o cenário em que a hortelã tomou destaque como uma atividade produtiva que acarretou uma movimentação nos âmbitos sociais e econômicos da região.

Com o desenvolvimento das lavouras hortelaneiras ocorreu um processo intenso de migração para a região. As plantações exigiam um contingente expressivo de força de trabalho, pois praticamente todas as atividades eram manuais. No entanto, essas práticas manuais motivaram e/ou exigiram a vinda de muitos trabalhadores ao Oeste do Paraná. Esses sujeitos, homens e mulheres, não são aqueles “selecionados” pela Colonizadora no Sul do país para adquirirem terras na região, mas provenientes de outras regiões como do Norte e do Nordeste. Os quais passaram a fazer parte do espaço agrícola até então planejado do Oeste do Paraná. As lavouras, dessa feita, irromperam um processo significativo de transformações socioculturais na região. Elas utilizaram-se não somente das famílias sulistas, mas de trabalhadores vindos de outras regiões principalmente os estigmatizados “nortistas”.²

Essa movimentação populacional e suas memórias ficam evidentes ao buscar perceber o processo e organização educacional desenvolvido com o ciclo produtivo da hortelã. Um conjunto expressivo de alunos se fez presente. Os filhos dos trabalhadores que atuaram nas lavouras de hortelã também são integrados ao sistema educativo. Pois, uma das características que se destacou nas famílias deste período foi o número expressivo de filhos. Quanto mais pessoas havia na família mais mão-de-obra haveria para cultivar uma área maior de terras.

A demanda de alunos desestruturou em certa medida a organização educacional, uma vez que muitas escolas construídas no início da ocupação, para atender aos filhos dos migrantes sulinos, com o ciclo produtivo da hortelã precisaram atender também as demais famílias que chegaram à região. É instigante perceber que muitas dessas escolas,

² Nortista é uma expressão muito utilizada pelos migrantes sulistas ao fazer referência aos trabalhadores que não são de origem sulista. Essa expressão passou a ser incorporada também por alguns historiadores ao se remeter a estes sujeitos.

principalmente as chamadas “escolas rurais”, tornaram-se pequenas, pois as mesmas tinham uma ou no máximo duas salas de aula. As memórias sobre este período ainda permanecem presentes como ressalta o professor Walmor Francisco Barboza: (...) *a escola que eu lecionei, em 1974, era muito pequena. Nessa escola Antonio Carlos tinha 83 alunos* (BARBOZA, 2004). As escolas mesmo não tendo uma estrutura adequada tinham que atender a essa demanda de alunos. Isso deixa transparecer que o projeto colonizatório da Maripá, destinado a estruturar a região, privilegiou determinados sujeitos.

As escolas constituíram-se como um reforçador ao crescimento populacional que a região vivia. Concomitantemente a este crescimento, de fato, ocorre o aumento do número de escolas, tendo em vista que, a construção de escolas também se tornou uma forma de estruturação do novo espaço.³ Este é um período lembrado com nostalgia por pessoas que vivenciaram este momento de constantes migrações e diferentes formas de relações de trabalho. A respeito do número de escolas e da população o Senhor José Honorato Alves, trabalhador das lavouras de hortelã na década de 1970, lembra:

Porque para você ter uma base como ali na Sanga Mineira a Carlos Chagas. Era Carlos Chagas a Escola, ali tinha era quatro turmas de aula, tanta criança assim tinha. Aqui, hoje em dia não tem mais, a Balisa, ali existia uma escola, só me falha a memória agora o nome daquela escola, ali tinha dois turnos também. Existia outra escola na Sanga Forquilha, ali também tinha três turnos. E hoje em dia não existe mais escolas por aqui (ALVES, 2003).

Aqui se percebe que a memória do depoente, Senhor José, não é um receptáculo passivo do passado. Ela é uma memória dinâmica, a qual recorda do vivido e experienciado e busca dar um sentido a esse passado quando a população nas escolas, principalmente no meio rural, ainda era absoluta. O período hortelaneiro pode ser caracterizado como um período de grande contingente populacional. Muitas pessoas estiveram presentes mantendo suas relações sociais por intermédio das lavouras de hortelã, sejam relações de trabalho ou de vizinhança.

O que se tem percebido, no conjunto da atuação da colonizadora, é que se procurou constituir uma sociedade homogênea, pois os chamados “colonizadores” deveriam atender a determinadas características socioculturais para se enquadrarem ao “*Plano de Ação da Maripá*”. Essa ação do projeto passou a ser incorporada por grande parte da historiografia regional, essencialmente aquela desenvolvida nos meios acadêmicos. Não obstante, se parte exclusivamente de uma história oficial para falar do processo de ocupação da região destacando a presença dos migrantes sulinos caracterizando-os como portadores da

³ Cf. o Decreto nº 035/78 de 25 de abril de 1978, 106 estabelecimentos de ensino desempenhavam suas atividades no município de Marechal Cândido Rondon. Entre essas escolas encontravam-se as “escolas rurais” atualmente extintas.

memória que se quer preservar. Ou seja, a memória que se construiu como sendo a oficial privilegia somente os migrantes sulinos onde se busca destacar a origem dos mesmos, principalmente o germanismo. Neste sentido, essa historiografia relega a presença dos trabalhadores “*nortistas*” na região, os quais também podem ser pensados enquanto sujeitos portadores de historicidades e com direito à memória.

Um dos primeiros trabalhos historiográficos que procurou atribuir uma identidade à população local foi o livro “*Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*”, de Venilda Saatkamp (1985). Ao falar da sociedade local a autora fez uma diferenciação de classe da população de Marechal Cândido Rondon ainda na década de 1950, silenciando a presença dos sujeitos que não eram de origem sulina como participantes dessa sociedade. Segundo Saatkamp:

Os luso-brasileiros moradores da vila General Rondon pertenciam a classe social baixa, não fazendo parte da sociedade dos colonos, pois eram trabalhadores caboclos que vinham em busca de trabalho temporário. Os trabalhadores paraguaios pertenciam a classe social mais baixa devido as suas constantes migrações.(SAATKAMP, 1985: 85).

Há que se notar uma negação de pertencimento desses sujeitos à sociedade local. Os que faziam parte eram aqueles reconhecidos como *colonos*, ou seja, os proprietários de terras tidos como ideais, vindos do sul do Brasil. É importante frisar, mais uma vez, que a partir destes proprietários se produziu uma memória oficial sobre a região. Aos demais trabalhadores foi atribuído o estigma de “não pertencentes à sociedade”.

As experiências dos sujeitos participantes do processo desenvolvido a partir do ciclo produtivo da hortelã ajudam-nos a perceber: como se dão às relações e dinâmicas sociais entre os migrantes sulistas e os trabalhadores “*nortistas*”. Ao desenvolver a problemática apresentada, o diálogo com a teoria fez-se fundamental. Para tanto, é pertinente pensar na obra de Elias e Scotson (2000), que ao trabalhar com a pequena comunidade de Winston Parva, Inglaterra, buscam perceber as relações mantidas entre dois grupos. Estas relações caracterizaram-se como distinção entre os grupos. Um primeiro compunha-se de antigos residentes, instalados na região a duas ou três gerações e o outro grupo formado por recém-chegados. Os conflitos existentes entre os dois grupos se davam simplesmente pelo tempo de residência no lugar. Os primeiros, estabelecidos, se auto-representavam como os melhores e estigmatizavam os “outros”, recém-chegados, como os *outsiders* e, portanto, inferiores aos primeiros.

O período do ciclo produtivo da hortelã instiga a pensar também em questões próximas com as constatadas por Elias e Scotson em Winston Parva. Mas as diferenças que se fazem perceber decorrem e ultrapassam questões étnicas. Ou seja, os que podem ser

considerados como os estabelecidos, nesta problemática, são os de descendência germânica, chegados do sul do Brasil e proprietários de terras, enquanto os *outsiders* podem ser considerados os trabalhadores não proprietários, vindos de outras regiões, que buscam desenvolver relações de trabalho muitas vezes propostas pelos donos de terras junto às lavouras de hortelã. Essas relações de trabalho caracterizaram-se exclusivamente por meio de parcerias: agregamentos ou na forma de meeiros.

Essas dimensões e formas de relações de trabalho específicas das lavouras de hortelã encaminham para muitas das experiências vividas pelos sujeitos. Os agregados eram os trabalhadores que, não possuidores de terras, passaram a residir em terras alheias e cultivar a hortelã. Já o meeiro era aquele que, tendo uma moradia, arrendava uma área de terra para plantar. Na relação, meeiro x proprietário, o meeiro participava com sua força de trabalho e o proprietário com os meios de produção (ferramentas, alambiques). Essas interações grupais, intermediadas pelas relações de trabalho não deixam de manifestar também relações de poder. Principalmente se levar em conta à memória oficial construída na região a qual define que há um grupo que se autodetermina de *valor* mais elevado em relação aos demais.

Os embates entre diferentes grupos sociais como os valores, os saberes e a cultura atentam a perspectivas de compreensão da sociedade. Todo o processo social e cultural vivido pelos sujeitos e pensando também nos valores, segundo Edward Thompson,

(...) não são 'pensados', nem 'chamados'; (eles) são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São as normas, regras, expectativas, etc. necessárias e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria (THOMPSON, 1981: 194).

Em relação às expectativas de compreensão da problemática, o que se tem sentido transparece nas relações entre um grupo de ascendência germânica-sulina e os migrantes que são estigmatizados como *nortistas*. Nos estranhamentos vividos por diferentes sujeitos pode-se perceber como se engendra as dinâmicas e práticas de diferentes grupos no cotidiano, seja no trabalho ou por formas diferenciadas de relações sociais como a escola pontuada acima.

Os sujeitos participantes do processo do chamado ciclo produtivo da hortelã são portadores das experiências vividas e que necessitam ser problematizadas para a compreensão das dinâmicas sociais que se processaram no Oeste do Paraná. São experiências ignoradas pela historiografia oficial, como já foi apontado, e, que, no entanto, fizeram-se presentes durante a constituição dessa memória que ignora a presença desses

sujeitos. Para pensar a respeito dessas memórias compartilho das discussões feitas por Alessandro Portelli a respeito da História Oral quando alerta:

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis (PORTELLI, 1996: 72).

A interlocução com os sujeitos, através das narrativas, nos possibilita uma interpretação mais imediata do passado. Possibilita perceber outras evidências que muitas vezes escapam a outros documentos, principalmente aqueles produzidos pelos órgãos oficiais, comprometidos com as memórias dominantes. São várias possibilidades de interpretação que as narrativas permitem pensar, tendo em vista as diferentes relações vividas pelos sujeitos. Ou como diz Portelli “os diferentes destinos”, estes precisam ser problematizados levando-se em conta a experiência do sujeito entrevistado juntamente com o lugar social por ele ocupado no momento da entrevista.

Ao expressar a experiência nas lavouras de hortelã o Senhor José Honorato Alves, trabalhador, que manteve relações de trabalho nas lavouras de hortelã, caracteriza a lida no período do ciclo produtivo de hortelã:

(...) meu patrão me convidô prá nós assim comprá um alambique em sociedade, eu digo tá, tá bom! E aí compramos da Reunida Maringá. Compramo o alambique. Aí nós começamos a trabalhá, o negócio já ficou melhor. Nós fomo trabalhando, fomo trabalhando, só que nós não trabalhava, vamos supor, assim, sete dias por semana, nós trabalhava 14 dia por semana porque nós virava dia e noite, porque nós tinha uma base de uns três alqueires, o patrão tinha uma base de uns dois alqueires e nós tinha uns, mais 30 alqueire por fora que nós lambicava pra eles (...) no grosso da safra, nós trabalhava dia e noite. E a noite eu deitava, às vezes, às 4 horas da manhã e antes do dia clareá eu já saia da cama pra atender os fregueses prá lambicá. Assim foi nossa luta, e graças a Deus tudo que nós temos aqui como tu tais vendo foi na base do hortelã. Então, portanto, quando se fala hoje em dia o hortelã eu deveria de por minha mão pro céu e tirar o meu chapéu da cabeça sinal assim de agradecimento a Deus por ele ter dado prá nós o que nós temo hoje em dia aqui. Foi tudo na base do hortelã, trabalhando assim de empregado que nós conseguimos chegar aonde nós estamos hoje (ALVES, 2003).

O Senhor José desenrola os chamados fios da memória e narra as suas relações de trabalho no ciclo hortelaneiro. Apesar de passadas várias décadas as lembranças permanecem pulsando na memória do depoente. Em sua narrativa transparece a dura jornada de trabalho mantida para dar conta das tarefas que o processo de alambicagem da planta da hortelã exigia. Ao mesmo tempo denota-se a relação social com os demais trabalhadores hortelaneiros. Pois o alambique, máquina utilizada para o processo de destilação da planta de hortelã, conseguido em sociedade com o patrão, atendia a vários proprietários de lavouras de hortelã.

Por vezes o Senhor José idealiza esse mundo do trabalho, pois atribui a Deus as suas conquistas com o árduo trabalho da hortelã. Foi um período em que se processaram formas rudes de trabalho, pois praticamente todas as atividades eram desempenhadas manualmente, no entanto, as práticas manuais motivaram e/ou exigiram a vinda de muitos trabalhadores ao Oeste do Paraná. Da mesma forma como o Senhor José muitos trabalhadores desenvolveram as atividades nas lavouras de hortelã e ainda, se instigados, relatam em suas memória como transcorreu esse processo que permanece, grosso modo, silenciado.

A problematização deste espaço por meio das vivências de determinados grupos instiga a compreensão de uma concepção de pesquisa histórica. Uma pesquisa que leve em conta o cotidiano estabelecendo relações entre grupos determinantes por meio dos elementos fundamentais da experiência humana, pautando, dessa forma, o papel destes sujeitos na história não os tratando como heróis, mas como precursores do processo transcorrido. Para tanto, ao dar destaque sobre o papel da experiência humana na história, Edward Thompson argumenta:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo [a experiência] – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações em relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essas experiências em sua consciência e das mais complexas maneiras (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981: 182).

Essa experiência humana, no meio rural pautado no ciclo produtivo da hortelã, apresenta uma dimensão das práticas históricas vividas até o momento. Grosso modo, sufocadas pela memória dominante. Essas práticas caracterizaram-se como formas e condições de trabalho experienciadas pelos sujeitos em determinado momento. Todavia, esses trabalhadores podem não se perceber enquanto uma “classe social”, nem mesmo como participantes de um processo de desenvolvimento de uma determinada economia em um determinado período na história. Mas destaca-se que eles são portadores de historicidade e através da atuação no espaço modificaram-no estabelecendo determinadas relações e/ou dinâmicas sociais.

O que se tem percebido é que o Oeste do Paraná sofreu constantes movimentos populacionais que modificaram o espaço. Contudo, a onda migratória decorrida com o ciclo hortelaneiro permanece silenciada, pois se caracteriza como não pertencente ao projeto colonizatório inicial, mas fazendo parte do processo de desenvolvimento da agricultura regional. Problematizar a historicidade vivida pelos hortelaneiros significa tratar das *experiências* cotidianas, conforme Thompson. Estas experiências devem ser percebidas numa dimensão histórica que envolve sentimentos, emoções, interesses e conflitos, enfim a

atenção se volta, segundo Yara Khoury, para o *modo como as pessoas lidam com o passado e como este continua (ainda) a interpelar o presente enquanto valores e referências* (KHOURY, 2004: 118).

Pensar na relação sujeito-passado propicia uma discussão sobre o processo vivido por determinados sujeitos durante o chamado “ciclo hortelaneiro”. Dessa forma, os sujeitos sociais que viveram tal processo e produziram práticas e relações sociais nessa sociedade podem ser percebidos na cena histórica. Com a produção de outras memórias a possibilidade que se tem é de perceber como os sujeitos se vêem inseridos num espaço em que há uma memória sobreposta que se caracteriza como oficial. Ao mesmo tempo, perceber como se constitui essa memória na elaboração e re-elaboração de novos valores, numa sociedade que deve ser entendida como conflituosa, como um campo de *memórias em disputa* (POLLAK, 1989).

A mobilidade desse espaço social constantemente transparece nas narrativas principalmente nas relações entre diferentes grupos. A construção de memórias se dá nesse campo de conflituosidade. O depoimento de Dona Gladis Elfi Mohr, filha de migrantes de origem germânica-sulina, retrata certas relações e ao mesmo tempo faz uma representação do ambiente social entre sujeitos distintos.

(...) os alemães em si só são mais fechados, eles gastam menos, eles são mais de guardar sempre o dinheiro pra poder comprar mais terras, comprar outras coisas. Eles [nortistas] diferentes eram mais festeiros, mais gastadores. Então girava muito dinheiro e eu creio assim que foi uma época [o período hortelaneiro] muito forte para o comércio na cidade (MOHR, 2007).

A depoente, Dona Gladis, faz uma distinção entre os estabelecidos alemães, que eram proprietários de terras, e aqueles que podem ser considerados como os forasteiros *outsiders*. Enquanto os primeiros guardavam os lucros do trabalho nas lavouras hortelaneiras para adquirirem uma área maior de terras, os estigmatizados *nortistas* são considerados como festeiros e gastadores. A partir do relato é possível perceber também que Dona Gladis já faz uma diferenciação da cultura de determinados grupos, pois os *nortistas* viviam o momento seja através de festas ou outras formas enquanto os sujeitos de descendência alemã preocupavam-se somente em economizar. Para Dona Gladis os *nortistas* não se ajustavam às dinâmicas sociais dominantes. E as palavras de Laverdi corroboram para pensar está sociedade quando diz que esses “outros” sujeitos *não se enquadravam na paisagem social aspirada pela Colonizadora e nos projetos dominantes que lhes sucederam* (LAVERDI, 2005: 22).

Trabalhar com as narrativas não significa tomá-las apenas como fatos dados como prova da produção de diferentes memórias. Mas tomar essas narrativas como produto da história e das relações dos sujeitos com o espaço social vivido e ao mesmo tempo visto

pelos homens (FRÉMONT, 1980). Pois, *as pessoas são um amálgama de muitas experiências que se constituem e se transformam na vida diária, vivendo e se comunicando através de fronteiras e transitando entre elas* (KHOURY, 2004: 127). Ao pensar esse movimento construído através das narrativas pretende-se assimilar o fazer-se histórico dos sujeitos *não como fatos dados, mas como processos em formação*, nas palavras de Yara Khoury,

(...) Lidar com as narrativas requer pensá-las no movimento da história. Mais do que trabalhar com fronteiras físicas e imaginárias, a partir de referenciais estabelecidos externamente aos processos sociais, o desafio é de pensar e explorar como elas se forjaram e se realimentam na natureza contraditória das relações sociais, como as pessoas as incorporam e as subvertem nas pressões e nos limites da vida diária, nos quais o próprio diálogo de insere (KHOURY, Idem).

As narrativas orais, neste caso, aparecem como uma possibilidade indispensável de perceber as múltiplas vivências dos sujeitos neste espaço. Com os depoimentos orais abre-se um leque de possibilidade de buscar perceber as relações e situações sociais narradas, assim como implicâncias constituídas na memória desses sujeitos sobre uma sociedade que viveu o processo do “ciclo da hortelã”, percebendo ainda qual as relações forjadas nessa disputa das memórias em conflito no chamado “movimento da história”. As práticas transcorridas no período hortelaneiro há muito tempo estão silenciadas e as fontes orais podem ajudar a suprir também a falta de material escrito sobre o período, os poucos existentes respondem, ainda, a questões da oficialidade.

Entender o papel dos sujeitos sociais, homens e mulheres, constituintes e integrantes deste espaço no processo histórico transcorrido com a produção de hortelã ajudará a perceber outras memórias. Por isso, esta pesquisa está sendo desenvolvida no sentido de perceber as relações e práticas sociais existentes nessa sociedade, percebendo as experiências elaboradas e reelaboradas pelos trabalhadores do ciclo produtivo da hortelã levando em conta a complexidade das memórias produzidas no Oeste do Paraná.

Referências Bibliográficas

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FRÉMONT, Armand. *A Região, Espaço Vivido*. Livraria Almedina: Coimbra, 1980.

GONZALEZ, Emilio. As Camadas da Memória: a produção de marcos memorialísticos na historiografia regional do Oeste do Paraná (Marechal Cândido Rondon 1950 – 1990). In: *Revista Tempos Históricos*. Marechal Cândido Rondon: EDUNIOESTE, V. 5/6, 2004.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste o Paraná (1940 – 1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

LAVERDI, Robson. *Tempos Diversos, Vidas Entrelaçadas: Trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo oeste do Paraná*. Curitiba, Aos Quatro Ventos, 2005.

PFLUCK, Lia Dorotéia. Os aspectos naturais na propaganda na colonização de Marechal Cândido Rondon-Pr. In: VANDERLINDE, Tarcisio; GREGORY, Valdir; DEITOS, Nilceu Jacob (orgs.). *Migrações e a Construção do Oeste do Paraná: século XXI em perspectiva*. Cascavel: Coluna do Saber, 2007.

POLLAK, Michel. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Edições Vértice, v. 2, nº 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os Fatos”: narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro. Vol. 1, nº 2, 1996.

SAATAKAMP. Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel, Assoeste, 1985.

SANTOS, Samuel Ribeiro dos; OLIVEIRA, Vicente Gonçalves de. *Espaçamento para Menta. BRAGANTIA*. Vol. 20, nº 29, Campinas, 1961.

THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Fonte oral

Depoimento de Gladis Elfi Mohr, professora, 49 anos. Concedido a Gilson Backes em 25 de julho de 2007, em sua residência no centro da cidade de Mercedes – Paraná. Acervo do autor.

Depoimento de Walmor Francisco Barboza, professor aposentado, 59 anos. Concedido a Gilson Backes em 31 de janeiro de 2004, em sua residência na Linha Beira Rio, Mercedes – Paraná. Acervo do autor.

Depoimento de José Honorato Alves, agricultor aposentado, 71 anos. Concedido a Gilson Backes em 01 de setembro de 2003, em sua residência na Linha Sanga Mineira, Mercedes – Paraná. Acervo do autor.

Recebido em: 19/12/2007

Aprovado em: 27/07/2008